

NACIONAL

INDICADORES SOCIAIS

Censo 2000 traz lições sobre a distribuição de renda

Nem sempre quando o bolo cresce a sua concentração diminui

José Paulo Kupfer
de São Paulo

O novo retrato do Brasil que emerge das informações do Censo Demográfico de 2000, divulgadas pelo IBGE na semana passada, confirma que o País, na década de 90, do ponto de vista dos indicadores sociais, avançou, como as mares, entre fluxos e refluxos. Um confronto entre este último censo e os anteriores mostra muitos resultados aparentemente ilógicos do que os apontados pelo próprio presidente Fernando Henrique Cardoso, na quarta-feira.

Os brasileiros sobreviventes de uma década de conflitos, reformas institucionais, abertura de mercado, privatizações e até de um inédito plano de estabilização duradouro, decontram-se, entre 1991 e 2000, com quase todas as situações sociais possíveis. Houve momentos em que a renda total cresceu, mas sua distribuição piorou, e outros em que a renda caiu, mas o bolo ficou menos concentrado.

De 1990 a 1993, intervalo de duração do Plano Collor, embora a renda total tenha desabado, sua distribuição, em termos relativos, melhorou. Ricos e pobres perderam, mas os ricos (e a camada intermediária) perderam mais acentuadamente.

Entre 1993 e 1996, todos os impactos positivos do Plano Real concorreram para uma fase de aumento na renda total, em que todas as faixas de rendimento se beneficiaram. Com uma ligeira variação para os 40% do grupo de renda intermediária.

Finalmente, de 1996 a 1999, como reflexo das crises financeiras mundiais que afetaram a economia brasileira, a renda total voltou a recuar. Desta vez, porém, os mais pobres perderam relativamente menos.

Não foi só no capítulo da renda que os paradoxos estiveram presentes na vida econômica brasileira, ao longo dos anos 90. A melhoria no acesso a bens de consumo, fenômeno que se repete há pelo menos 30 anos, acompanhando a urbanização do País, ganhou aceleração nos últimos 10 anos, apesar de o mercado de trabalho, no

período, ter andado para trás. A agenda das reformas do período beneficiou os consumidores e castigou o mercado de trabalho — resumo para este jornal o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS-FGV-RJ). Há exemplos disso para todos os lados. A começar pelo próprio exito do Plano Real, em relação à estabilização monetária.

Arca nas engrenagens

Com a contenção da alta dos preços, ocorreu uma natural expansão do crédito ao consumidor, o que facilitou o acesso de novos contingentes de brasileiros a itens de consumo durável. De outro lado, diante da rigidez das leis trabalhistas, o ajuste promovido pelas empresas, antes baseado na redução do salário real, desviou-se para o desemprego.

A abertura da economia, as privatizações, a reforma administrativa, tudo isso contribuiu para jogar arca nas antigas engrenagens do mercado de trabalho", explica Neri. Segundo o economista, não é por coincidência que o desemprego aberto aumente de 5,8% nos primeiros tempos do Plano Real, para 7,8%, no fim das crises da Ásia e da Rússia.

Embora o presidente Fernando Henrique tenha estranhado o aumento de consumo sem o correspondente aumento de renda, o fato é que isso não configurou, nas condições de funcionamento da economia da época, um paradoxo. A explicação reside na convivência de uma expansão do consumo com o encolhimento do mercado formal de trabalho.

Se, de um lado, o desemprego contribuiu para que a renda não se expandisse, em termos absolutos, de outro não impediu que, sobretudo nas faixas mais baixas da escala de rendimentos, evoluísse o acesso a bens duráveis. Parte deslocar a demanda e necessário entrar na casa das famílias e observar a renda familiar per capita.

Ainda que a renda individual, não tenha avançado no intervalo da última década, a renda familiar per capita

aquela que determina o consumo de bens por domicílio, deve ter tido um comportamento diferente. Foi essa, aliás, a resposta que a diretora de pesquisas do IBGE, Martha Meyer, deu ao presidente Fernando Henrique.

Renda fora do mercado

As tabulações da renda familiar no Censo 2000 só estarão concluídas no fim do ano, mas as projeções dão conta de que houve aumento na década. Um sinal disso pode ser encontrado nos dados detalhados das pesquisas de amostra por domicílio, que o IBGE realiza anualmente, exceto nos anos de censo (ver tabelas).

Em termos relativos, o acesso dos mais pobres aos bens de consumo durável e aos equipamentos domiciliares obedece a um padrão acelerado há pelos menos três décadas. Ao longo desse período, segundo Marcelo Neri, da FGV-RJ, ganharam importância no total de rendimento das pessoas, transferências sociais tipo previdência, seguro-desemprego, bolsa-escola etc. "São rendimentos que alcançam exatamente os grupos que estão fora do mercado de trabalho", diz o economista.

De 1993 a 1999, por exemplo, praticamente não há registros de ampliação no número de domicílios com geladeiras ou televisores entre as famílias que, em termos per capita, integravam o grupo dos 10% mais ricos da população. Já entre os 10% mais pobres, no período o aumento do número de casas com geladeira e da ordem de um terço para a metade deles. E o de televisores e de menos da metade para dois terços do total.

Com percentuais diferentes, mas obedecendo à mesma tendência de expansão no acesso, a história se repete no caso das redes de água e esgoto, luz elétrica, televisores e telefones. O resumo da obra é que a ampliação do acesso a determinados bens pode não significar exatamente melhoria na distribuição de renda ou mesmo seu aumento em termos absolutos. Tudo depende, obviamente, da distância relativa entre ricos e pobres.

Detalhes do retrato brasileiro

Acesso geral ao consumo...
(em % de domicílios)

	1970	1980	1991	2000
Rede geral de água	32,8	4,9	70,7	
Rede de esgoto/fossa séptica	13,1	27,7	35,3	62,8
Luz elétrica	47,6	66,8	86,9	
Geladeira ou freezer	26,0	50,4	68,84	
Televisão	24,2	56,1	79,6	
Automóvel	9,0	22,7	28,48	32,7

...e por faixa de renda
(em % de domicílios)

	10% mais pobres		10% mais ricos	
	1993	1999	1993	1999
Rede de água	41,9	53,6	98,2	
Rede de esgoto	25,8	30,2	64,5	69,7
Luz elétrica	66,8		99,4	
Geladeira	33,9	49,8	98,1	
Telefone	4,7	12,6	68,1	
Televisão	43,7	66,8	97,8	

Distribuição de renda

Renda
(familiar per capita, oscilação, ao ano, em %)

	1990-93	1993-96	1996-99
50% mais pobres	2,0	7,4	0,8
40% intermedianos	4,4	9,3	2,1
10% mais ricos	3,3	7,0	2,3
Renda total (oscilação)			

Fontes: CPSFGV - PNAD/IBGE, Contos IBGE e Centro de Informações da Luzeta Mercantil